

Nação e Defesa

**NED**

Nº 123

Instituto da Defesa Nacional

60



Portugal

e a

Aliança Atlântica



Nação e Defesa

**ND**  
**ED**

Nº 123

Instituto da Defesa Nacional



**Portugal**

e a

**Aliança Atlântica**

## NAÇÃO E DEFESA

Revista Quadrimestral

---

### *Director*

António José Telo

---

### *Coordenador Editorial*

João Vieira Borges

---

### *Conselho Editorial*

António Silva Ribeiro, Armando Serra Marques Guedes, Carlos Pinto Coelho, Isabel Ferreira Nunes, João Vieira Borges, José Luís Pinto Ramalho, José Manuel Freire Nogueira, Luís Leitão Tomé, Luís Medeiros Ferreira, Luís Moita, Manuel Ennes Ferreira, Maria Helena Carreiras, Mendo Castro Henriques, Miguel Monjardino, Nuno Brito, Paulo Jorge Canelas de Castro, Rui Mora de Oliveira, Vasco Rato, Victor Marques dos Santos, Vitor Rodrigues Viana.

---

### *Conselho Consultivo*

Abel Cabral Couto, António Martins da Cruz, António Vitorino, Armando Marques Guedes, Bernardino Gomes, Carlos Gaspar, Diogo Freitas do Amaral, Ernâni Lopes, Fernando Carvalho Rodrigues, Fernando Reino, Guilherme Belchior Vieira, João Salgueiro, Joaquim Aguiar, José Manuel Durão Barroso, José Medeiros Ferreira, Luís Valença Pinto, Luís Veiga da Cunha, Manuel Braga da Cruz, Maria Carrilho, Nuno Severiano Teixeira, Pelágio Castelo Branco.

---

### *Conselho Consultivo Internacional*

Bertrand Badie, Christopher Dandeker, Christopher Hill, Felipe Aguero, George Modelski, Josef Joffe, Jurgen Brauer, Ken Booth, Lawrence Freedman, Robert Kennedy, Todd Sandler, Zbigniew Brzezinski.

---

### *Centro Editorial*

Cristina Cardoso e António Baranita

### *Colaboração*

Diana Soller

---

### *Coordenador Gráfico*

Luís Saraiva

### *Capa*

Montagem de Luisa Nunes com foto do EME.  
Número 122 com foto da Revista da Armada.

---

### *Normas de Colaboração e Assinaturas*

Consultar final da revista

---

### *Propriedade, Edição e Design Gráfico*

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel.: 21 3924600

Fax.: 21 3924658

E-mail: publicacoes@idn.mdn.gov.pt

www.idn.gov.pt

---

### *Composição, Impressão e Distribuição*

EUROPRESS, Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.

Praceta da República, loja A, 2620-162 Póvoa de Santo Adrião

Tel.: 21 8444340

Fax: 21 8492061

---

ISSN 0870-757X

Depósito Legal 54801/92

Tiragem 1500 exemplares

Anotado na ERC

---

*O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores*

<b>Editorial</b>	5
<i>António José Telo</i>	
<b>Portugal e a Aliança Atlântica</b>	
Conferência de Abertura	13
<i>Luís Amado</i>	
60 Anos da NATO. Portugal e a Aliança Atlântica	25
<i>Rui Machete</i>	
A NATO numa Perspectiva Militar: entre o Sonho e as Realidades	31
<i>Gabriel Espírito Santo</i>	
As Missões Internacionais da NATO	41
<i>Luís Valença Pinto</i>	
A Marinha e a sua Participação nas Missões Internacionais da NATO	51
<i>Fernando Melo Gomes</i>	
O Aprontamento e Sustentação das Forças do Exército nas Missões Internacionais da NATO	63
<i>José Pinto Ramalho</i>	
A Força Aérea nas Missões Internacionais da NATO	81
<i>Luís Esteves Araújo</i>	
A Aliança Atlântica, a Comunidade Internacional e o Novo Conceito Estratégico da NATO	87
<i>Júlio Miranda Calha</i>	
A NATO, Actor Principal da Segurança Internacional	95
<i>Vítor Martins</i>	
A Aliança Atlântica e a Comunidade Internacional	101
<i>Manuel Fernandes Pereira</i>	

Conferência de Encerramento <i>Nuno Severiano Teixeira</i>	115
<b>Extra Dossier</b>	
O Mar no Pensamento Estratégico Nacional <i>João Mira Gomes</i>	127
Instituições Militares, Poder Político e Sociedade <i>João Freire</i>	135
O Conceito de Estratégia no Pensamento Estratégico-Militar Português na Era da Guerra Total. Da Grande Guerra à Entrada na NATO - 1919-1958 <i>António Paulo Duarte</i>	175
Airpower's Effectiveness in Support of National Policy <i>João Vicente</i>	191
A Securitização de Políticas Ambientais: o Caso do Darfur <i>Maria Raquel Freire</i> <i>Paula Duarte Lopes</i> <i>Daniela Nascimento</i>	203
<b>In Memoriam</b>	
Major-General Mário Lemos Pires	223

A NATO é uma organização central nos equilíbrios globais desde há 60 anos e isto apesar do seu âmbito oficial ser meramente regional. Ela foi fundamental para a criação e evolução da actual Europa e teve particular significado nas grandes opções de Portugal, nomeadamente quando da transição para a democracia.

A NATO em 1949 era o ponto de encontro de múltiplas intenções e projectos de longo prazo, uns oficiais, outros meramente reais. Os EUA encaravam a NATO como o pilar central do entendimento com a Europa Ocidental, algo vital para os equilíbrios globais de longo prazo e para decidir a estratégia a seguir na rivalidade com o bloco soviético. Na visão prevalecente no *National Security Council*, os EUA dominavam dois dos quatro centros industriais do planeta (os próprios EUA e o Japão ocupado pelas tropas americanas em 1949), pelo que, caso o terceiro centro industrial (a Europa Ocidental) alinhasse com eles, o bloco soviético ficava em clara inferioridade estratégica e era possível apostar numa estratégia de contenção de longo prazo. Esta visão acabou por se impor e foi o eixo condutor de toda a grande estratégia ocidental durante a Guerra Fria. A acção da NATO foi completada com outras duas iniciativas paralelas: o Plano Marshall para a reconstrução da economia do Atlântico e o programa discreto de apoio às forças democráticas dos estados europeus.

Do ponto de vista dos principais estados europeus, a adesão à NATO era a única possibilidade de criar uma defesa com credibilidade num horizonte de médio prazo, de modernizar as Forças Armadas e a economia e de “ancorar” os EUA na Europa, empenhando-os na defesa avançada do continente. A curto prazo, a NATO adquiriu rapidamente um atractivo adicional para os estados europeus: o de ser um quadro político conveniente para permitir o rearmamento da Alemanha Ocidental e o enquadramento do flanco sudeste da Europa, com o alargamento à Grécia e à Turquia nos anos cinquenta.

A NATO torna-se assim o símbolo por excelência de um equilíbrio global centrado no Atlântico Norte, por onde passava nesta altura cerca de dois terços do comércio mundial. Era a âncora mais evidente do pólo mais forte do sistema bipolar.

Curiosamente, na sua fase inicial, o que a NATO tinha menos desenvolvido era a vertente militar. As circunstâncias políticas obrigavam a aliança a fazer planos

para a defesa avançada da Europa, mas os EUA e os seus aliados mais próximos (Reino Unido e Canadá) sabiam que, em caso de um conflito (improvável, mas não impossível), esses planos eram para esquecer e o que efectivamente contava eram os planos americanos, muito diferentes dos da NATO. Os planos militares elaborados pela NATO nesta primeira fase eram, em resumo, um instrumento essencial para alcançar os objectivos políticos, válidos para a paz, mas sem aplicação efectiva em caso de conflito.

A situação muda parcialmente a partir dos anos sessenta, quando o bloco soviético alcança a capacidade de infligir perdas insuportáveis ao Ocidente (ainda não era a destruição mútua assegurada, mas para lá se caminhava), o que leva a adoptar a estratégia de “resposta flexível”. Os planos militares da NATO ganham então alguma credibilidade efectiva, mas num contexto em que toda a fase inicial de um conflito, eventualmente convencional, se inseria numa gestão política de médio prazo. É preciso ter em conta que, tanto os EUA como o Reino Unido e, por maioria de razão, a França, nunca diluem no seio da NATO o arsenal nuclear próprio, instrumento central da sua estratégia militar, pelo que a aliança permanece um elemento essencial dos instáveis equilíbrios, mas sempre envolvida em múltiplas grandes estratégias que a excediam e não eram totalmente coincidentes.

Na fase final da Guerra Fria, a partir dos anos setenta, quando existe já uma capacidade de destruição mútua assegurada, a NATO continua a ser o pilar central do equilíbrio global. Ela serve de referência básica ao quadro de segurança na Europa, permitindo o desenvolvimento autónomo de estratégias políticas paralelas, como a *ostpolitik* da RFA, ou a política de abertura a Leste da França, que tanta importância viriam a ter na implosão do bloco soviético.

-\*-

Com o fim da Guerra Fria cresce a importância da NATO, numa altura em que é classificada, com algum exagero, como a “mais bem sucedida aliança da História”. Alguns autores referem que ela perdeu a sua razão de existir com a implosão da URSS. A verdade, porém, é que não só nenhum dos seus membros propôs a dissolução, como nenhum pediu para sair e muitos pediram para entrar. Bastaria isto para entender que a importância da NATO, na realidade aumentou muito nas duas últimas décadas, embora em missões e entendimentos diferentes da sua vocação original. Não é que as missões originais tivessem desaparecido, nomeadamente as contidas no famoso artigo 5º; o que aconteceu, é que as circunstâncias acrescentaram cada vez mais missões ao acervo original.

A NATO foi na última década do século passado a grande referência e instituição modelo da transição para a democracia dos estados do antigo Pacto de Varsóvia e de alguns da ex-URSS, que pediram para aderir. A afirmação é verdadeira num triplo sentido: a NATO deu credibilidade à política de defesa própria destes estados e afastou o fantasma de uma intervenção externa, fosse qual fosse a sua origem; serviu simultaneamente de referência interna, ao incentivar a sociedade a evoluir para uma democracia plena, em particular no que diz respeito ao controlo democrático das Forças Armadas; apoiou ainda a transição do modelo de Forças Armadas, afastando-o da visão típica do Pacto de Varsóvia para uma estrutura mais moderna e menor que, em quase todos os casos, acabou por ser a de uma força voluntária e profissional.

A NATO adquiriu ainda várias outras funções com o fim da Guerra Fria. Em primeiro lugar e talvez o mais importante de tudo, ela adaptou-se à transição do paradigma de defesa. A defesa deixou de ser entendida como a mera preservação de um território, pessoas e bens, como uma actividade quase só militar, essencialmente passiva e reactiva, fundamentalmente dissuasora e exercida num território claramente delimitado. A evolução do mundo obrigou a desenvolver rapidamente uma outra noção de defesa, que passou a estar enquadrada num quadro de segurança humana, como a preservação de um sistema de valores e de uma forma de vida, abarcando todo o tipo de actividades, como uma responsabilidade da sociedade como um todo, activa e sem território claramente delimitado.

A NATO materializou esta mudança através de um amplo conjunto de documentos que reviram e actualizaram o seu conceito estratégico e as doutrinas inerentes à organização. Um dos mais importantes é o conceito estratégico aprovado logo em 1991, onde se afirma que a organização existe "*Based on common values of democracy, human rights and the rule of law...*" (artigo 15) e responde a ameaças "*... multi-faceted in nature and multi-directional, which makes them hard to predict and assess.*" (artigo 8), o que significa que elas podiam provir, não de um ataque directo aos estados membros, "*... but rather from the adverse consequences of instabilities that may arise from the serious economic, social and political difficulties...*" (artigo 9). Era um passo essencial que deu à NATO uma base teórica para justificar a intervenção na ex-Iugoslávia e a resposta positiva aos EUA, quando estes invocaram pela primeira vez o artigo 5º, no seguimento dos ataques do 11 de Setembro. Mais importante ainda, esta revisão do conceito estratégico implicava a articulação da acção da NATO com outras organizações multilaterais na área da segurança e defesa presentes na Europa, o que era oficialmente consagrado ao dizer-se que "*other European institutions such as the EC, WEU and CSCE also have roles to play*" (artigo 21).

---



O conceito estratégico de 1999 continua este percurso, mas vai bastante mais longe, nomeadamente quando afirma que *“The Alliance is committed to a broad approach to security, which recognises the importance of political, economic, social and environmental factors in addition to the indispensable defence dimension”* (artigo 25).

-\*-

Hoje em dia, a NATO continua a sua mudança e adaptação ao novo mundo, abrindo-se diante dela vários caminhos e opções. As questões de fundo são as mesmas que eram já em 1991. Que valores defende? Como responder aos novos desafios em muitas áreas, a começar na ecologia e na economia mundial? Em que regiões actua? Quais as obrigações e direitos dos estados membros? Como se organizam estes para os defender? Quais os critérios da adesão? Até onde o alargamento? Qual o conceito de equilíbrio global que deve propor? As respostas possíveis são múltiplas, mas a todas elas estão inerentes dois factos, que são a marca da NATO desde a sua já longínqua criação: um leque crescente de missões e uma importância decisiva para os equilíbrios globais.

-\*-

Foi por isto que o IDN se sentiu na obrigação de contribuir para esta reflexão ampla e internacional. O actual número da *Nação e Defesa* é a materialização de um primeiro contributo: as actas de um encontro realizado no IDN a 26 de Março de 2009, pouco normal na sociedade portuguesa. Pouco normal, porque parte de um entendimento e colaboração entre um amplo leque de instituições públicas e privadas - IDN, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, IESM, IPRI, Associação Portuguesa do Colégio de Defesa NATO, Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, Associação dos Jovens Auditores para a Defesa, Segurança e Cidadania, Comissão Portuguesa do Atlântico e Eurodefence-Portugal.

A esta primeira iniciativa outras se vão seguir, tanto nacionais como internacionais, como um contributo para que na cimeira de Lisboa, possivelmente em 2010, se possa aprovar um novo conceito estratégico da NATO adaptado ao século XXI.

-\*-

Finalmente, é com grande gosto que o IDN informa que dentro em breve será disponibilizada gratuitamente a versão digital dos números da *Nação e Defesa* desde

a sua já longínqua criação no ano de 1976 (em Abril, com o número 0) até ao último ano de publicação. No conjunto, a colecção completa da Nação e Defesa entre 1976 e 2008 representa uma fonte importante para entender as mudanças do mundo no campo da segurança e defesa nas últimas décadas – são mais de 1200 artigos de centenas de autores. Como referia o título do editorial do seu número 1, esta é uma revista onde alguns dos melhores autores nacionais de todos os quadrantes publicaram o seu pensamento sobre “que defesa para qual Portugal?”, dentro da visão de uma revista que, como o citado editorial referia, devia ser “documentação para manuseio e crítica”, uma “folha de livre circulação e estímulo”. A divulgação gratuita da versão digital da revista será um passo importante para concretizar o desígnio de uma “livre circulação”.

IDN, Julho de 2009  
António José Telo





# 60 Anos da NATO Portugal e a Aliança Atlântica

(Seminário que teve lugar no IDN  
no dia 26 de Março de 2008, com organização conjunta  
do IDN, IESM, IDi, IPRI-UNL)

*Comissão Científica*

Prof. Doutor António Telo (IDN), Vice-Almirante Álvaro Sabino Guerreiro (IESM),  
Embaixador Carlos Neves Ferreira (IDi) e Dr. Carlos Gaspar (IPRI-UNL).

*Coordenação*

Coronel João Vieira Borges (IDN), Capitão-de-Mar-e-Guerra Luís Filipe Andrade (IESM),  
Dr. Jorge Azevedo Correia (IDi) e Dr.ª Carmen Fonseca (IPRI-UNL).

# Conferência de Encerramento

Nuno Severiano Teixeira  
*Ministro da Defesa Nacional*

## **60 Anos da NATO. Portugal e a Aliança Atlântica**

Comunicação proferida pelo Senhor Ministro da Defesa Nacional, Prof. Doutor Nuno Severiano Teixeira, por ocasião da Conferência de Encerramento do Seminário “Portugal e a Aliança Atlântica”, que teve lugar no IDN no dia 26 de Março de 2009. Este Seminário foi organizado em conjunto pelo IDN, pelo IESM, pelo Instituto Diplomático e pelo IPRI e realizou-se no âmbito das comemorações dos “60 anos da NATO”.

## **NATO’s 60th Anniversary. “Portugal and the Atlantic Alliance”. Closing Remarks**

*The present text is a transcript of the speech given by the Portuguese National Defense Minister, Dr. Nuno Severiano Teixeira, in the “Closing Remarks” of the Seminar “Portugal and the Atlantic Alliance”, held in the National Defense Institute on the 26<sup>th</sup> of March 2009. This seminar was hosted by the NDI, the Military Institute of Superior Studies, the Diplomatic Institute and the Portuguese Institute of International Relations to celebrate NATO’s 60<sup>th</sup> anniversary.*



A Aliança Atlântica comemora, no próximo dia 4 de Abril, o seu sexagésimo aniversário. Celebram-se seis décadas da mais duradoura Aliança Militar institucionalizada mas, mais do que isso, celebram-se seis décadas de cooperação permanente, entre europeus e americanos, em matéria de segurança e defesa. Celebram-se sessenta anos de defesa colectiva dos Aliados.

Como em qualquer aniversário, este é um momento de balanço. Balanço do que foi já alcançado e do caminho a percorrer; balanço das “lições aprendidas” e das opções tomadas; balanço das crises vividas e das oportunidades criadas.

E se a minha formação académica, como historiador, tende a olhar para o passado – fazer balanços, retirar lições e criar uma visão de conjunto – a minha actual função, como responsável político, exige também que olhe para o futuro, para que seja definida uma visão estratégica e se decida de acordo com as melhores opções.

A reflexão que gostaria de fazer é, precisamente, um equilíbrio entre estes dois factores: por um lado, olhar o passado, fazendo um balanço; por outro, perspectivar o futuro, identificando os desafios: os desafios da Aliança Atlântica, das relações transatlânticas e da posição euro-atlântica de Portugal.

E a primeira questão que podemos colocar é se teremos ou não motivos para celebrar a Aliança Atlântica. Em meu entender, inequivocamente, sim.

E a resposta é positiva por três motivos: porque mantém a sua razão de ser; porque conseguiu adaptar-se à nova realidade; e porque se justifica perante os desafios do futuro.

Em primeiro lugar, a sua razão de ser. A Aliança Atlântica foi criada para a Guerra Fria e pensada contra a ameaça soviética. Durante este período, foi o garante da segurança europeia e transatlântica e da permanência da paz.

O fim da Guerra Fria, a queda do Muro de Berlim, a dissolução do Bloco de Leste e a afirmação dos Estados Unidos como única potência global provocaram, a partir de 1989, a emergência de uma nova conjuntura internacional e de um novo quadro de segurança mundial. A NATO sobreviveu. Foi capaz de responder aos conflitos regionais nos Balcãs e à Guerra contra o Terrorismo. Tal como durante a Guerra Fria, a Aliança Atlântica mantém hoje a sua razão de ser: permanece o principal garante da segurança transatlântica e da permanência da paz, com base no mesmo conjunto de princípios e valores partilhados – a indivisibilidade da defesa dos aliados e a defesa dos valores da liberdade e da democracia.

Em segundo lugar, a adaptação à nova realidade. Perante o fim do conflito entre os dois blocos e a emergência de uma nova ordem internacional, a NATO encontrou-se perante um dilema. Como o então Secretário de Estado americano James Baker bem sintetizou: tratava-se “ou do desaparecimento ou da transformação, o *status quo* é impossível”. Os aliados escolheram a transformação. Foi

iniciado um processo complexo de reforma das estruturas e dos conceitos da Aliança para se adaptar às novas funções e missões, promovendo reformas no plano interno e externo, no plano político e militar. Durante a década de 90, o Conceito Estratégico da Aliança foi revisto por duas vezes (em Roma, em 1991, e em Washington, em 1999). Ao mesmo tempo, foi promovido um processo de alargamento a novos membros, concretizado sem rupturas, e que permanece fiel aos seus princípios orientadores, inspirados no art. 10.º do Tratado de Washington: a NATO não deve fechar a porta à entrada a novos membros, desde que preencham as condições e requisitos necessários, definidos pela Aliança, designadamente a capacidade para contribuir para a segurança e estabilidade regionais. E, obviamente, que partilhem os princípios fundadores da Aliança, como a liberdade e a democracia.

O desafio foi alcançado. A NATO tem hoje 26 membros - em breve 28, com a adesão da Croácia e da Albânia. Demonstrou ser um elemento relevante nos processos de transição das novas democracias e desempenha um conjunto de importantes missões, fundamentais para garantir a segurança e a paz internacionais, entre as quais se destaca o papel central desempenhado no Afeganistão e na luta contra o terrorismo. Ou seja, a NATO conseguiu adaptar-se à nova realidade estratégica e ganhar uma nova funcionalidade internacional.

E, em terceiro lugar, a sua justificação perante os desafios do futuro. Perante o actual ambiente estratégico internacional, impõe-se o conceito de segurança cooperativa. Perante ameaças transnacionais, um conceito que vai para lá das fronteiras do Estado nacional e que, por isso mesmo, não pode ser garantida apenas com a acção isolada de cada Estado. Impõem-se, assim, acções conjuntas e cooperação internacional entre os Estados que partilhem os mesmos interesses e objectivos. No quadro da segurança e defesa, a NATO não poderia constituir uma solução mais adequada. Adequada porque tem já um historial de planeamento de defesa e de harmonização das doutrinas e métodos aplicados nas Forças Armadas dos diversos países aliados; adequada porque já realizou um importante número de missões multinacionais; e adequada, finalmente, porque tem desenvolvido um conjunto de parcerias, seja com Estados "vizinhos", seja com outras organizações internacionais, como acontece com a União Europeia. Portanto, perante os desafios, riscos e ameaças que se colocam aos membros da comunidade transatlântica, a NATO permanece um instrumento privilegiado de resposta, resultante não apenas do esforço conjunto entre Aliados, mas também da predisposição para trabalhar, em conjunto, com a restante Comunidade Internacional.

Mas celebrar a existência da Aliança Atlântica é celebrar, também, o contributo dos Aliados, entre eles Portugal.



A participação de Portugal na NATO, enquanto membro fundador, constituiu um elemento de relevância central, quer no plano interno quer no plano externo.

No plano interno, constituiu, primeiro, um dos momentos importantes da política externa do Estado Novo e, depois, mais tarde, um factor de relevo na transição e consolidação da democracia portuguesa. Teve também importantes consequências na instituição militar e na política de defesa nacional. Constituiu-se como um motor da transformação e da modernização das Forças Armadas portuguesas, através da renovação de doutrinas, métodos e capacidades, no sentido da harmonização, interoperabilidade e trabalho cooperativo entre os diversos membros da Aliança.

No plano externo, a Aliança foi, sem dúvida, um instrumento central na afirmação de Portugal enquanto Estado responsável e produtor de segurança internacional, depois da institucionalização da democracia portuguesa. Foi com a NATO que Portugal quebrou a tradição que tinha desde o final da Primeira Guerra de não intervenção no continente europeu e participou nas missões internacionais nos Balcãs, nomeadamente IFOR/SFOR (Bósnia) e KFOR (Kosovo). Desde então, Portugal marcou uma presença constante e com elevado grau de empenhamento nas missões (terrestres, aéreas e navais) da Aliança Atlântica, não só na Europa como na Ásia, no Mediterrâneo e em África. Ao longo dos últimos 20 anos, Portugal empenhou em missões da Aliança Atlântica cerca de 20 mil homens em 15 missões. É, sem dúvida, um contributo muito significativo e do qual nos podemos orgulhar.

Portugal sempre demonstrou uma concepção aberta e dinâmica da evolução da Aliança Atlântica. É esta mesma concepção que creio que deve pautar a nossa visão de futuro.

Como já identifiquei noutras ocasiões, creio que a Aliança Atlântica se depara, hoje com quatro grandes desafios que, estou certo, marcarão a próxima Cimeira e prosseguirão na agenda política e de segurança da NATO. São eles o alargamento, as operações fora de área, a transformação e as parcerias estratégicas.

Em primeiro lugar, o alargamento, que constitui, provavelmente, um dos debates mais complexos no seio da Aliança. Nesta matéria, a Cimeira de Estrasburgo-Kehl ficará, certamente, marcada pela adesão plena da Croácia e da Albânia e pela reafirmação dos princípios basilares da política de alargamento da Aliança, designadamente a possibilidade de adesão de novos membros que preencham as condições e requisitos definidos (nomeadamente no Plano de Acção para a Adesão, MAP), contemplando aspectos como a consolidação do regime democrático e das suas instituições, o cumprimento das responsabilidades e obrigações enquanto Aliados e o contributo que possam dar em termos de coesão da Aliança e no reforço da segurança internacional.

Em segundo lugar, as operações fora da tradicional área euro-atlântica. Um dos principais debates dos últimos anos, no seio da NATO, tem-se centrado nos limites geográficos das missões a realizar pela Aliança. Na verdade, o que está em questão é se queremos uma NATO exclusivamente centrada na região euro-atlântica e na defesa territorial, ou uma NATO com capacidade de garantir, em conjunto com outros parceiros, a segurança global. Ou seja, se queremos uma aliança de defesa regional ou uma organização de segurança colectiva.

É certo que o Tratado de Washington defende uma aliança de defesa colectiva. E o Tratado não mudou. Mas a verdade é que hoje a NATO se depara com um ambiente de segurança internacional marcado por ameaças difusas, múltiplos e novos actores, incluindo não-estatais, e tem a sua principal missão no Afeganistão, fora daquela que era a sua tradicional área de intervenção.

É certo que a missão no Afeganistão é um dos principais desafios que se coloca à Aliança. É, sem dúvida, a operação militar mais importante que a NATO está a desenvolver. Mas, nesta matéria, gostaria de ser claro: a NATO não se resume ao Afeganistão e não podemos correr o risco que o futuro da NATO se jogue numa única operação. Existem outros desafios de segurança relativamente aos quais a Aliança é necessária e que tem de estar preparada e capacitada para responder.

Para além disso, a resolução da questão do Afeganistão é uma responsabilidade da comunidade internacional no seu todo e ultrapassa as competências e capacidades da Aliança Atlântica. Tal como já referi em diversas ocasiões, considero que a resolução do conflito no Afeganistão passa por uma solução global e integrada na área regional em que se insere, incluindo outros actores como o Paquistão, outros parceiros regionais (como o Irão e a Índia) e organizações como as Nações Unidas, a União Europeia e o Banco Mundial. A solução não passa, exclusivamente, pela componente militar, passa também pela componente diplomática, política e económica, ou seja, uma solução integrada. Esta é, aliás, cada vez mais uma posição convergente entre os Aliados dos dois lados do Atlântico.

Um terceiro desafio que se coloca à Aliança é o da sua transformação, nomeadamente ao nível dos conceitos, das estruturas, dos procedimentos e também das forças e capacidades. Os objectivos são claros: reforçar a capacidade operacional e a eficácia e rentabilizar recursos.

A NATO tem vindo a desenvolver um importante processo de transformação, registando-se progressos muito significativos desde a Cimeira do 50.º Aniversário, em Washington, e da revisão do Conceito Estratégico da Aliança, em 1999, que ainda vigora.

A Transformação da Aliança deve ser encarada como um processo dinâmico – que está em curso – e cujo objectivo de fundo é o de assegurar o sucesso no cumprimento das missões, cujo espectro varia entre a defesa colectiva e a condução (e sustentação) de operações de resposta a crises, por vezes em ambientes assimétricos e em teatros a longa distância.

Um dos temas que, aliás, tem ocupado alguma centralidade no debate da Transformação tem sido o da adequação da estrutura de Comandos da Aliança para responder à organização e evolução da conjuntura estratégica. O debate não tem incidido tanto sobre a estrutura de comandos propriamente dita (aprovada na Cimeira de Praga, em 2002) mas sobre aspectos relativos aos recursos, nomeadamente de pessoal e financeiros, bem como a necessidade de se introduzirem melhoramentos quanto às funções e responsabilidades dos Quartéis-Generais da NATO.

Nesta matéria, é importante referir que foi, recentemente, alcançado um acordo no seio da NATO e que veio ao encontro dos interesses nacionais, salvaguardando a posição do Comando da NATO que se encontra sediado em Portugal.

Como é público, e em termos de resultado, o *Joint Command Lisbon* foi “promovido” a *Joint Forces Command* (JFC), passando a estar em “pé de igualdade” com os outros dois comandos de mesmo nível (Brunssum e Nápoles) e capacitado para conduzir duas operações conjuntas, em simultâneo.

Esta “promoção” constitui, em meu entender, um duplo reconhecimento. Por um lado, o reconhecimento de Portugal enquanto *host nation* exemplar. Por outro, o reconhecimento também da importância e do posicionamento do Comando de Oeiras enquanto comando de elevada prontidão, apto a destacar e comandar missões da Aliança em qualquer ponto da área de responsabilidade NATO e desempenhando um papel particular para a segurança Euro-Atlântica e em contextos mais abrangentes.

O desempenho do *Joint Command Lisbon* no comando de diversas operações já realizadas é a demonstração da sua capacidade, flexível e expedicionária, para responder aos novos desafios da Aliança.

Finalmente, um último desafio: as parcerias estratégicas. Parcerias estratégicas com outros actores que possam contribuir, em cooperação com a Aliança, para a estabilidade e segurança internacionais – como o Japão, a Austrália ou a Coreia do Sul, que estão ao lado da Aliança em missões cruciais, ou a Rússia e outros interlocutores estratégicos – mas, em particular, a parceria estratégica com a União Europeia.

Hoje, a Aliança Atlântica pode e deve contar com o apoio e com a complementaridade de acção da União Europeia. Constituindo-se como dois pilares fundamentais da ordem multilateral de segurança e defesa, devem encontrar as formas institucionais

para articular, em permanência, as suas prioridades, coordenar as suas missões e rentabilizar as suas capacidades e meios no domínio da segurança e da defesa, não para rivalizar, mas para se constituírem como aliados úteis e credíveis.

Creio que vivemos hoje um novo momento na relação transatlântica. A nova administração americana tem demonstrado reconhecer a necessidade de uma Europa forte e coesa; a necessidade e o reforço da autonomia da defesa europeia, num quadro em que a União Europeia partilhe com a Aliança Atlântica as responsabilidades pela segurança colectiva dos europeus. Mas é, ao mesmo tempo, necessário que os europeus, e nomeadamente os Estados membros da União, confirmem a sua determinação em recusar estratégias que visem prejudicar, não só a coesão no interior da UE, mas também a coesão no interior da relação transatlântica.

Este compromisso é fundamental para que a Aliança Atlântica possa assumir as suas responsabilidades crescentes na segurança internacional, e para que a União Europeia possa assumir as suas novas responsabilidades pela defesa europeia e pela segurança na sua vizinhança próxima. Uma Europa forte em matéria de defesa é, seguramente, um contributo para uma Aliança Atlântica também ela mais forte, sobretudo em áreas de interesse estratégico comum como o Mediterrâneo e África.

Um importante contributo para este compromisso é, certamente, o regresso da França às estruturas militares da NATO. A França, participante em diversas operações militares da Aliança mas tantas vezes crítica do seu papel, aceita hoje a centralidade transatlântica e procura dar o seu contributo **Com** a Aliança e **Dentro** da Aliança. Este regresso constitui, ao mesmo tempo, um importante elemento de reforço da coesão europeia no contexto transatlântico, podendo igualmente contribuir para a consolidação da parceria estratégica entre a NATO e a União Europeia.

A comemoração do 60.º aniversário da Aliança Atlântica é marcada por um novo momento de oportunidade nas relações transatlânticas:

- a) uma nova administração americana, com novos objectivos e expectativas - que procura maior diálogo e cooperação com os seus parceiros;
- b) a perspectiva de uma Aliança reforçada com o regresso da França à estrutura militar integrada;
- c) um conjunto de importantes desafios que exigem a existência de uma comunidade transatlântica de defesa, coesa e duradoura.

É neste contexto que se discute o futuro da Aliança Atlântica e, com ele, um novo conceito estratégico. Um conceito que reafirmará os princípios e valores centrais da Aliança e procurará adaptar as suas estruturas e missões às novas realidades.

Este será um processo de debate fundamental para o futuro da comunidade transatlântica, que se iniciará na Cimeira Estrasburgo-Kehl e se espera estar concluído na Cimeira seguinte (em Portugal 2010, 2011).

Passadas seis décadas da assinatura do Tratado de Washington, e apesar de todas as mudanças no ambiente estratégico internacional, europeus e americanos continuam a partilhar uma comunidade de segurança e valores. Mas para garantir uma verdadeira aliança, é necessário mais. É necessária a reafirmação de uma vontade política que conduza ao reforço do vínculo transatlântico. É nesse sentido que devemos caminhar, é nesse caminho que Portugal se empenhará, para que a comunidade transatlântica - a Aliança Atlântica e a União Europeia, os Estados Unidos e a Europa - consolidem o seu papel na política internacional.